



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETIVO:

O presente Termo de Referência destina-se a **AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE RESFRIAMENTO E CONGELAMENTO - FRIGORÍFICAS**, para atender as necessidades do Batalhão de Polícia de Choque - BPChq da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM).

O objeto do presente certame se enquadra na classificação de objeto comum, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º da lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

“**Parágrafo único do Art. 1º**- Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. (lei nº 10.520/2002)

O objeto do presente Termo de Referência será realizado por meio de licitação na **Modalidade de Pregão Eletrônico** de acordo com a lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e lei 8.666/93, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Estado de Polícia Militar.

“**Art. 1º**- Para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei”.

2 - JUSTIFICATIVA:

O Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) possui 02 (duas) câmaras frigoríficas (congelamento e resfriamento) que se encontram inoperantes por falta de equipamentos

necessários para refrigeração e controle de temperatura, comprometendo o armazenamento de alimentos que necessitam de resfriamento e congelamento, prejudicando o controle e estoque de gêneros alimentícios, não permitindo que se tenha uma maior eficácia no controle e vida útil dos alimentos armazenados, são constituídas de alvenaria (concreto), padrão obsoleto, aparentando um caráter pouco higiênico.

As câmaras oferecem ambientes amplos para acondicionar produtos que necessitam de refrigeração, permitindo inclusive a movimentação de pessoas e produtos em seu interior. Em comparação a refrigeradores e freezers convencionais, as câmaras armazenam grandes quantidades de produtos, dispondo de controle de temperatura digital com grande precisão, indispensável para um Batalhão com grande efetivo (em torno de 990 policiais militares), bem como, por seu rancho e cozinha serem responsáveis por toda a alimentação das unidades que compõem o Regimento Marechal Caetano de Faria (**CIAMus, DT, GSAR, CPROEIS, RECOM**), além da Odontoclínica da PMERJ (**OCPM**).

De tudo, a principal função da câmara frigorífica é manter adequadamente os produtos que necessitam de baixas temperaturas. O armazenamento em freezers de uso “doméstico” coloca os alimentos em maior contato, pois dispõem de espaço menor, sem prateleiras ou divisórias para evitar o contato entre eles. Esse armazenamento incorreto de alimentos de origens diferentes no mesmo refrigerador sem as devidas separações traz a possibilidade de contaminação cruzada que é a transferência de microrganismo causador de doença de um alimento contaminado, para outro alimento que não esteja contaminado.

Diante do exposto, visando garantir a continuidade da atividade e aplicar de forma eficiente a solução mais vantajosa para a administração, para o bom funcionamento do Rancho e plena conservação dos alimentos é a *Aquisição com instalação de novas câmaras frigoríficas* que promoverá a preservação dos alimentos por um período mais longo que o normal; facilidade de estocagem; garantia do valor nutritivo; menor desperdício.

Visto que, além da necessidade da câmara de congelamento, a aquisição de uma câmara de resfriamento se faz imprescindível pois os alimentos congelados, como a carne por exemplo, devem ser descongelados sob refrigeração e não em temperatura ambiente, minimizando assim o risco de contaminação.

Portanto, para garantir a conservação de todos os gêneros alimentícios (**carne,**

frutas, legumes, bebidas e frios), e gerar economia em razão da capacidade de armazenamento, dotando o Rancho dos meios necessários à prestação de serviço e aumento da qualidade e satisfação dos Policiais Militares e, principalmente, evitando desperdício de alimentos devido à má conservação, verifica-se a necessidade de aquisição com instalação de novas câmaras frigoríficas e de resfriamento.

Por derradeiro impende destacar, o Processo **SEI-350063/001128/2021**, de onde foram extraídas as informações utilizadas como referencial para formalização do presente Termo de Referência, tais como, especificação do objeto, quantitativo demandado, metodologia de cálculo usada para determinar este quantitativo, justificativa fática, entre outras informações de caráter específico, os quais, foram inseridos nesse Termo de Referência.

3- OBJETO:

3.1. Especificação sumária:

ITEM	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UN	QTD
01	169209	CAMARA FRIGORIFICA, TIPO: CAMARA FRIGORIFICA DE RESFRIAMENTO, MATERIAL ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTATICA EM EPOXI BRANCA, COR: BRANCO, TEMPERATURA: 0 °C, DIMENSAO (H X L X P), CAMARA: 6,90 M X 2,55M X 2,83M, QUANTIDADE PORTAS: 1 PORTA GIRATORIA, DIMENSOES PORTA: 1,90M X 0,80M, ACESSORIO: CORREDOR DE 1,50M X 2,83M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 4110.014.0018	UN	01
02	169208	CAMARA FRIGORIFICA, TIPO: CAMARA FRIGORIFCA DE CONGELAMENTO, MATERIAL ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTATICA EM EPOXI BRANCA, COR: BRANCO, TEMPERATURA: 0 °C A -18 °C, DIMENSAO (H X L X P), CAMARA: 3,90M X 1,80M X 2,83M, QUANTIDADE PORTAS: 1 PORTA GIRATORIA, DIMENSOES PORTA: 1,90M X 0,80M, ACESSORIO: PAINEL DE CONTROLE TOTALMENTE AUTOMATIZADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 4110.014.0017	UN	01

3.2. Especificação Detalhadas:

CÂMARA DE CONGELAMENTO

FICHA TÉCNICA:



Dimensões da Câmara (Medidas Externas)	3,90m x 1,80m x 2,83m
Temperatura de Entrada do Produto	0 °C.
Temperatura Final	-18 °C.
Unidade Condensadora	FLEXCOLD-H2C
Evaporador	FLEXCOLD-EFA
Capacidade em Kcal/h	9.350
Ciclo Diário	1500 Kg
Período de processo	24. H
01 (uma) Porta giratória	1,90m x 0,80m
Painel de Controle	<p>Totalmente automatizado, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - controlador eletrônico, composto de 15 (quinze) funções programáveis, que regulam as condições de funcionamento da instalação. <p>Funções programáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - regulagem do diferencial do termostato; - possibilidade de selecionar o tipo de degelo (manual ou automático), o intervalo entre os degelos, a duração e a temperatura final de degelo; - leitor de umidade. - contator para acionamento das resistências de degelo; - disjuntor de proteção para as resistências de degelo;

	- disjuntor para proteção dos motores dos ventiladores, bobina da válvula solenóide, controlador eletrônico, resistências de orvalho e iluminação.
ISOPAINEL – EPS	<p>Painel: 1.150 mm de largura, 100 mm de espessura para o modelo CF-R e 150 mm para o modelo CF-C. Constituídos por dois revestimentos metálicos interligados por um núcleo isolante EPS (de Poliestireno Expandido) isento de CFC, com retardante à chama Classe HFI, conforme norma NBR 11948, possuindo um coeficiente de condutividade térmica de 0,028 Kcal/m.h.c.</p> <p>Núcleo isolante de EPS com: massa específica aparente mínima de 14,5 kg/m³, que é colada ao revestimento metálico através de um adesivo estrutural poliuretânico de dois componentes.</p> <p>Encaixe do núcleo isolante: em forma de trapézio (finger joint).</p> <p>Faces externas dos painéis constituídas de: chapas de aço zincado com pintura eletrostática em epóxi branca que são perfiladas em formas trapezoidais. Cada chapa de 0,43 mm de espessura nominal, com proteção de filme de polietileno de 0,035 mm.</p>
MATERIAL DE ACABAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - perfis; - cantoneiras; - pintura eletrostática em epóxi branca; - chapa de 0,43mm de espessura nominal, com proteção de filme de polietileno de 0,35mm.
COR DO REVESTIMENTO	- branca

CÂMARA DE RESFRIAMENTO

FICHA TÉCNICA:



CARACTERÍSTICA:	MEDIDAS:
Dimensões da Câmara (Medidas Externas)	6,90m x 2,55m x 2,83m
Corredor	1,50m x 2,83m
Temperatura de Entrada do Produto	0 °C.
Temperatura Final do Produto	0 °C.
Unidade Condensadora	FLEXCOLD-H2C
Evaporador	FLEXCOLD-EFA
Capacidade em Kcal/h	9.350
Ciclo Diário	1500 Kg
Período de processo	24. H
01 (uma) Porta giratória	1,90m x 0,80m
Painel de Controle	Totalmente automatizado, composto de: - Controlador eletrônico, composto de 15 (quinze) funções programáveis, que

	<p>regulam as condições de funcionamento da instalação.</p> <p>Funções programáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulagem do diferencial do termostato; - Possibilidade de selecionar o tipo de degelo (manual ou automático), o intervalo entre os degelos, a duração e a temperatura final de degelo; - Leitor de umidade. - Contator para acionamento das resistências de degelo; - Disjuntor de proteção para as resistências de degelo; - Disjuntor para proteção dos motores dos ventiladores, bobina da válvula solenoide, controlador eletrônico, resistências de orvalho e iluminação.
ISOPAINEL – EPS	<p>Painel: 1.150 mm de largura, 100 mm de espessura para o modelo CF-R e 150 mm para o modelo CF-C. Constituídos por dois revestimentos metálicos interligados por um núcleo isolante EPS (de Poliestireno Expandido) isento de CFC, com retardante à chama Classe HFI, conforme norma NBR 11948, possuindo um coeficiente de condutividade térmica de 0,028 Kcal/m.h.c.</p> <p>Núcleo isolante de EPS com: massa específica aparente mínima de 14,5 kg/m³, que é colada ao revestimento metálico através de um adesivo estrutural poliuretano de dois componentes.</p> <p>Encaixe do núcleo isolante: em forma de trapézio (finger joint).</p> <p>Faces externas dos painéis constituídas de: chapas de aço zincado com pintura eletrostática em epóxi branca que são perfiladas em formas trapezoidais. Cada chapa de 0,43 mm de espessura nominal, com proteção de filme de polietileno de 0,035 mm.</p>

4- PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA:

A empresa CONTRATADA deverá entregar todo o equipamento em até 30 dias, contados da data da assinatura do contrato.

A montagem deverá ser feita pela empresa e os custos da mão de obra deverão estar incluídos no valor final da proposta, com técnicos qualificados, uniformizados com ferramentas precisas, garantido assim um perfeito funcionamento de todo o conjunto de refrigeração entregando o equipamento ao cliente em pleno funcionamento. A montagem inclui: fios, condutores, luminárias, tubulação de cobre, isolantes térmicos, gás refrigerante, silicone e espuma expansão.

Caso a empresa julgue necessária poderá realizar visita prévia para análise, eliminação de dúvidas e formulação de proposta de preço.

A empresa deverá montar e entregar o projeto em pleno funcionamento em até 30 após a entrega das peças/partes montáveis.

A entrega deverá ser realizada em dia útil e com agendamento, no horário compreendido entre 10:00 e 16:00 horas, no seguinte endereço: sede do Batalhão de Polícia de Choque da PMERJ, situado a Avenida Salvador de Sá 02 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20211-260, CNPJ:32.690.668/0001-02.

Para dúvidas e esclarecimentos entrar em contato pelo e-mail: sae_bpchq@pmerj.rj.gov.br ou contatos: 21-2332-5829; 21-2332-8485

O recebimento dos equipamentos estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, cabendo a verificação ao representante do Contratante;

Caso as especificações estejam fora dos padrões estabelecidos, os materiais serão rejeitados pela comissão de recebimento da PMERJ;

A empresa deverá comunicar ao Comando de Operações Especiais (COE), com 72hs de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, pelo e-mail projetos.coe@gmail.com.

Os produtos deverão vir com toda documentação desembaraçada pela empresa em nome da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, CNPJ nº CNPJ:32.690.668/0001-02, sem qualquer ônus adicional ao preço final ofertado. Nesta ocasião, deverão também ser entregues os documentos originais dos equipamentos.

Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes

da proposta da empresa fabricante, modelo, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimo exigidos;

Os equipamentos serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, assinado pela Comissão de Recebimento de Material, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento provisório.

A entrega será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Técnica na condição de representantes, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento;

A presença da fiscalização da Secretaria de Estado de Polícia Militar não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;

Caberá aos servidores designados rejeitar totalmente, ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e/ou novo, assim considerado de primeiro uso, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora das especificações, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.

5- AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO:

Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Contratante.

6- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica

fornecida(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privados, comprobatórios de desempenho satisfatório em contratações com os objetos similares ao objeto da presente licitação, conforme Especificações Técnicas nos termos do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93;

Para verificação da regularidade de comercialização e operacionalidade dos itens que será fornecida, em conformidade ao descrito destas Especificações Técnicas, a apresentação dos seguintes documentos.

Para empresa brasileira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização emitidas pelo Exército Brasileiro;

Para empresa estrangeira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização, supracitado, por meio de documento emitido por Órgão Oficial do país de origem;

Em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar a comprovação de autorização de e comercialização, emitidos há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, da mesma marca e modelo.

A Empresa contratada deverá comprovar capacitação técnica, por meio de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que demonstrem haver prestado, a contratada, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos congêneres ao objeto desta licitação.

As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecida(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privados, comprobatórios de desempenho satisfatório em contratações com os objetos similares ao objeto da presente licitação, conforme Especificações Técnicas nos termos do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93;

7- DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ÓRGÃO:

A reserva orçamentária será definida em data oportuna, após despacho exarado pelo Diretor de Licitações e Projetos (DLP), que será devidamente encaminhado a Diretoria Geral de Administração financeira (DGAF), solicitando de igual modo,

informar se existe reserva orçamentária, para aquisição do referido material e em que código de natureza de despesa ele se enquadra.

8- CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

O prazo de pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada pelos fiscais do contrato, para cada uma das entregas.

Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Termo serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9-GARANTIA:

A empresa deverá entregar todo o equipamento com garantia de 12 (doze) meses a contar da entrega do objeto deste \Termo de Referência;

A empresa deverá fornecer garantia para falhas e defeitos decorrentes da instalação, bem como assistência técnica especializada pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto, sem ônus para esta Secretaria de Estado de Polícia Militar.

GARANTIA CONTRATUAL

Exigir-se-á da licitante vencedora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do Contrato, uma garantia, a ser prestado em qualquer modalidade prevista pelo art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, da ordem de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada no prazo de 72 (setenta e duas) horas para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontado da garantia, seu valor original deverá ser recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Ainda cabe salientar que vivemos tempos de uma crise sem precedentes de cunho econômico, social e ético. Neste cenário, evidencia-se a importância dos órgãos públicos exigirem garantias contratuais no ato de assinatura de contratos de compras.

Para resguardar o erário público e garantir o cumprimento dos contratos, torna-se de fundamental importância que esse item faça parte das exigências definidas nos contratos.

Esses requisitos servem para garantir que estas empresas levem os contratos fechados até o fim. Além disso, sem a exigência da oferta de garantias, as empresas sérias e comprometidas com o cumprimento dos contratos poderiam perder espaço para

concorrentes que não teriam como levar o contrato até o fim. Ou seja, a exigência da garantia contratual, neste caso, é uma segurança, não somente para SEPM, mas também para o fornecedor.

Por fim, se mostra plenamente razoável o quantitativo de 2% (dois por cento) de garantia contratual e não promove, por si só, qualquer restrição à competitividade. Igualmente, tal valor visa garantir a execução do contrato, assegurando à Administração eventual cobertura em razão da incidência de multas contratuais, que se não ocorrem em razão do integral adimplemento da obrigação, o valor poderá ser levantado pela contratada.

10- PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) por autoridade competente, conforme ato de nomeação.

11- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações e responsabilidades do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no contrato.
- e) local do serviço livre e desimpedido;

- f) fornecimento do ponto de força protegido e interligado ao sistema de refrigeração, sendo um ponto na fonte de controle ao lado da porta frigorífica e o segundo ponto ao lado da Unidade condensadora;
- g) fornecimento do ponto hidráulico para o esgotamento da água do evaporador; e
- h) execução dos serviços de alvenaria, inclusive matérias sendo estes: base para assentamento das unidades condensadoras, confecção do piso das câmaras em concreto (inclusive rampas de acesso, caso existam), furos entre as paredes e lajes para passagem das tubulações e aberturas de vãos de admissão e descargas nas paredes ou tetos, para ventilação do ambiente, nos casos em que as unidades condensadoras estejam em ambientes fechados.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

A montagem deverá ser feita pela empresa e os custos da mão de obra deverão estar incluídos no valor final da proposta, com técnicos qualificados, uniformizados com ferramentas precisas, garantido assim um perfeito funcionamento de todo o conjunto de refrigeração entregando o equipamento ao cliente em pleno funcionamento.

A montagem inclui: fios, condutores, luminárias, tubulação de cobre, isolantes térmicos, gás refrigerante, silicone e espuma expansão. Ficando assim, a empresa responsável por garantir as peças e a montagem das câmaras.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de

Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13- JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS:

O julgamento rege-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

O valor referencial relativo ao objeto deste Termo de Referência será definido posteriormente, depois de empreendida a devida pesquisa mercadológica, sendo seu valor de aceitabilidade definido pelo Ordenador de Despesa.

14- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:

Fica o licitante, sujeito às sanções administrativas e demais penalidades, nos casos fixados no contrato e em conformidade com os termos estabelecidos nos artigos 86 e 87 do Decreto n.º 3.149, de 28 de Abril de 1980, no artigo 7º Lei no 10.520, de 17 de Julho de 2002, no artigo 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de Maio de 2005 e nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

15- RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

CB PM Bruna de Souza Rodrigues Mateus, RG: 96.424, Id. Funcional: 5005564-0

16- GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO:

GESTOR:

2º TEN PM Pedro Paulo Dias Ferreira ID. 5034451-0

FISCAIS:

3º SGT PM Renata Maciel Da Rocha - ID 4270225-9

1º SGT PM Cleber Fonseca Gomes - ID 2480044-9

1º SGT PM Carlos Henrique Dias Rochete - ID 2224496-4

17. CONDIÇÕES GERAIS:

Quaisquer dúvidas relacionadas às condições estabelecidas neste termo, se não sanadas, poderão ser esclarecidas junto à:

- **Comando de Operações Especiais - COE**, localizado na Rua Santo Aberlado, nº 69-233 – Ramos – Rio de Janeiro – RJ

- **Diretoria de Licitações e Projetos da SEPM**, localizada na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, primeiro andar, Centro, RJ. Tel: 2333-2693

18 - ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

ANEXO I - PEDIDO DE ORÇAMENTO

ANEXO II – MAPAS DE RISCOS

ANEXO III – MODELO DE ORDEM DE COMPRA

19. DATA DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Em, 16 de junho de 2021.

BRUNA de Souza Rodrigues Mateus
CB PM RG. 96.424
ID. FUNC. 5005564-0

Responsável pela formalização do Termo de Referência

ANEXO I



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

PEDIDO DE ORÇAMENTO

Cliente: Secretaria de estado de polícia militar

Endereço de entrega do material: _____ CEP: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QNT	SUBITE M	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CAMARA FRIGORIFICA, TIPO: CAMARA FRIGORIFICA DE RESFRIAMENTO, MATERIAL ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTATICA EM EPOXI BRANCA, COR: BRANCO, TEMPERATURA: 0 °C, DIMENSAO (H X L X P), CAMARA: 6,90 M X 2,55M X 2,83M, QUANTIDADE PORTAS: 1 PORTA GIRATORIA, DIMENSOES PORTA: 1,90M X 0,80M, ACESSORIO: CORREDOR DE 1,50M X 2,83M, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 4110.014.0018	UN	01			
2	CAMARA FRIGORIFICA, TIPO: CAMARA FRIGORIFCA DE CONGELAMENTO, MATERIAL ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTATICA EM EPOXI BRANCA, COR: BRANCO, TEMPERATURA: 0 °C A -18 °C, DIMENSAO (H X L X P), CAMARA: 3,90M X 1,80M X 2,83M, QUANTIDADE PORTAS: 1 PORTA GIRATORIA, DIMENSOES PORTA: 1,90M X 0,80M,	UN	01			

ACESSÓRIO: PAINEL DE CONTROLE TOTALMENTE AUTOMATIZADO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Código do Item: 4110.014.0017					
--	--	--	--	--	--

Valor total da proposta por extenso: _____

Validade da Proposta: (prazo não inferior a 60 dias)	Prazo de entrega: (Prazo não superior a 120 dias)
_____/_____/____	_____/_____/____

Dados para pagamento:

Banco:	Agência:	C/Corrente:
--------	----------	-------------

Carimbo Padronizado de CNPJ:

(Local e Data): _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela Empresa: _____.

Observações: _____.

Vendedor Responsável: _____.

Telefone para Contato:(____) _____.

ANEXO II

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO 01			
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média	() Alta
IMPACTO:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano		
1.	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do determinado na Pesquisa de Mercado.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar pesquisas de preços com orçamentos que representem a realidade atual utilizando meios confiáveis.	DLP, através do Setor de Pesquisa de Mercado.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Com o valor já dentro da realidade de mercado, procede com publicação do pregão.	DLP, através do Setor de pregão.	

RISCO 02			
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média	() Alta
IMPACTO:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano		
1.	Requisito/especificação da contratação que possam ser erroneamente interpretados pelos licitantes		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar o Termo de Referência de forma clara e concisa e solicitar a visita técnica para maior conhecimento a cerca do objeto pretendido	DLP, através do Setor de Termo de Referência	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Analisar o Termo de Referência a fim de	Chefe do Setor de Termo de	

identificar pontos que possam ser questionados, e ser for necessário encaminhar para alteração por parte do requisitante.	Referência
---	------------

RISCO 03				
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano			
1.	Contratação interrompida por recursos jurídicos, cujo impacto se traduz no atraso no processo de aquisição.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Realizar reuniões com a Assessoria Jurídica do Gabinete do Comando Geral para avaliar a realização da contratação.	DLP, através da Coordenadoria de Licitações		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Não há.	-		

RISCO 04				
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano			
1.	Ausência de licitantes ou de propostas comerciais válidas, culminando na perda do processo licitatório.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Especificar o objeto pretendido com informações necessárias e objetivas.	Unidade solicitante		
2.	Exigir habilitação que possibilite a participação do maior número de concorrentes, sem comprometer a qualidade pretendida.	DLP, através da Coordenadoria de Licitações		
3.	Ampla divulgação do edital.	DLP		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Reavaliação do Termo de Referência e Republicação do Edital	DLP, através da Coordenadoria de Licitações		

RISCO 05.			
------------------	--	--	--

PROBABILIDADE:			
	(X) Baixa	() Média	() Alta
IMPACTO:			
	() Baixa	(X) Média	() Alta
Id.	Dano		
1.	Estabelecer exigências contratuais as quais os licitantes não tenham condições de atender e que o Gestor e Fiscais não tenham condições de fiscalizar, resultando na elevação do custo contratual e não aderência aos termos do edital, ou seja, resultando em licitação deserta ou fracassada.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Realizar reuniões com o Diretor Geral de Administração e Diretor de Licitações e Projetos para avaliar as exigências contidas no Termo de Referência.	Coordenador de Licitações e seus chefes de setores	
2.	Revisar o Termo de Referência e especificar apenas exigências adequadas à realidade da SEPM.	Chefe do Setor de Termo de Referência	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Não há.	-	

RISCO 06			
PROBABILIDADE:			
	(X) Baixa	() Média	() Alta
IMPACTO:			
	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano		
1.	Designação de servidores para fiscalização do contrato em número insuficiente e sem a qualificação necessária, resultando em uma fiscalização ineficiente e imprecisa.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Designar para a equipe de fiscalização (técnica e administrativa) servidores com <i>expertise</i> no objeto da licitação e com disponibilidade para a realização de uma fiscalização efetiva	Comandantes, Chefes, Diretores das Unidades Administrativas contempladas com a aquisição do objeto	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Não há.	-	

RISCO 07				
PROBABILIDADE:		() Baixa	() Média	(X) Alta
IMPACTO:		() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano			
1.	Dificuldade, pelos órgãos técnicos, de fornecer informações complexas, porém relevantes, ocasionando o atraso ou não finalização do processo de contratação.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Realizar reuniões com Representante Técnico da Unidade Solicitante e da DLP.	Unidade Solicitante e DLP		
2.	Designar 01 servidor de cada seção envolvida para trabalhar exclusivamente na elaboração das informações técnicas necessárias à licitação.	DLP		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Não há.	-		

RISCO 08				
PROBABILIDADE:		() Baixa	() Média	(X) Alta
IMPACTO:		() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano			
1.	Morosidade do processo licitatório, podendo culminar em atrasos no processo para a aquisição do objeto.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Designar o protocolo de classificação do processo como “URGENTE”, garantindo assim uma tramitação célere pelos diversos setores envolvidos na instrução processual. (DLP/Pesquisa de Mercado, Assessoria Jurídica do Gabinete Comando Geral, DOR, DGAL, EMG)	DGAL		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Comprometimento das diversas Unidades Administrativas envolvidas no processo, no intuito de viabilizar tempestivamente a licitação.	DLP, Chefe do Setor de Pesquisa de Mercado, Assessor Jurídico da SEPM, DOR, DGAL, Subchefe Adm. do EMG.		

RISCO 09			
-----------------	--	--	--

PROBABILIDADE:		() Baixa	() Média	(X) Alta
IMPACTO:		() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano			
1.	Não aprovação, pelo Ordenador de Despesas, do Termo de Referência elaborado pela Coordenadoria de Licitações, podendo resultar no atraso na conclusão do Termo de Referência.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Realização de reuniões de alinhamento entre a equipe de planejamento e o Ordenador de Despesas responsável pela subscrição do Termo de Referência em questão.	DGAL e Coordenadoria de Licitações		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Não há.	-		

RISCO 10				
PROBABILIDADE:		() Baixa	() Média	(X) Alta
IMPACTO:		() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano			
1.	Levantamento impreciso pela UNIDADE SOLICITANTE. Tal fato pode culminar em justificativa insuficiente das quantidades demandadas; no acréscimo ou redução do valor do contrato; e, conseqüentemente, em falha no planejamento da contratação em razão de dimensionamento e quantidades super ou subestimadas.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Fazer levantamento de acordo com a realidade das Unidades demandantes do objeto.	UNIDADE SOLICITANTE		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Determinar aos setores técnicos competentes a elaboração de planilhas com elementos suficientes que subsidiem a equipe de planejamento com as informações necessárias à elaboração da justificativa à contratação.	UNIDADE SOLICITANTE		

2.	Celebração de Aditivo contratual para acréscimo ou redução quantitativa do objeto contratual, observados os limites legais.	DLP e DGAL
----	---	------------

RISCO 11				
PROBABILIDADE:		(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input type="checkbox"/>) Alta
IMPACTO:		(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Id.	Dano			
1.	Documentação de habilitação técnica e econômico-financeira forjada ou inidônea.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Utilização do <i>Checklist</i> para verificação de conformidade das documentações de habilitação técnica e econômico-financeira das empresas licitantes.	DLP através dos Pregoeiros		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Pregoeiro realiza diligências, e, caso constate a existência de irregularidades, submete à análise do Ordenador de Despesas para analisar a viabilidade de aplicação de penalidade.	Setor de Pregões da DLP		

RISCO 12				
PROBABILIDADE:		(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input type="checkbox"/>) Alta
IMPACTO:		(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Id.	Dano			
1.	Sobrepços nos orçamentos estimativos, podendo resultar em licitação com preços superiores aos praticados no mercado, e, conseqüentemente no não atendimento ao princípio da economicidade.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de			

	órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.	DLP através do Setor de Pesquisa de Mercado
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Determinar a adequação da pesquisa de preços e, conforme o caso, do Termo de Referência.	DGAL

RISCO 13				
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano			
1.	Risco de vencimento da proposta por sobrestamento, podendo ocasionar o atraso no atendimento da demanda e a recusa do licitante em manter a proposta.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Conferência e controle da vigência das propostas.	DLP através do Setor de Pesquisa de Mercado		
2.	Reunião com o Ordenador de Despesas para cientificá-lo do risco e alinhar providências.	DLP		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Determinar a revalidação das propostas	DGAL		

RISCO 14				
PROBABILIDADE:		(X) Baixa	() Média	() Alta
IMPACTO:		() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano			
1.	Falta de publicação dos atos necessários à validade do processo licitatório no Diário Oficial (D.O.) e em jornal de grande circulação, resultando em não atendimento ao princípio da publicidade.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Aplicação do Checklist pelo Órgão responsável.	DLP através da Coordenadoria de Licitações		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Pregoeiro emite a justificativa e providências cabíveis.	DLP, através do setor de Pregões		

RISCO 15				
PROBABILIDADE:		() Baixa	(X) Média	() Alta
IMPACTO:		() Baixa	() Média	(X) Alta
Id.	Dano			
1.	Ausência de garantia contratual, quando exigida nos termos do instrumento convocatório, culminando no não atendimento ao art. 56 da Lei 8.666/93, bem como, podendo resultar em prejuízos à Administração em caso de falência ou descumprimento contratual por parte da contratada.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Realizar a conferência e controle da conformidade do procedimento, após a assinatura do contrato.	DLP – através da Coordenadoria de Contratos e DOR ou DF		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Notificar a Contratada requerendo providências acerca da garantia.	DLP através da Coordenadoria de Contratos		
2.	Em caso de não atendimento, após descumprimento reiterado, instaurar processo de aplicação de penalidade na forma do T.R/EDITAL.		DGAL	

ANEXO III



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

MODELO DE ORDEM DE COMPRA

ORDEM DE COMPRA	Doc N°:				
	Data de Expedição:	___/___/___			
	Início dos Serviços:	___/___/___			
	Processo N°:				
	Contrato N°:				
Contratado:			CNPJ:		
Endereço:			CEP:		
Cidade:		Telefone:		E-mail:	
Fiscal(is)/Gestor(es) da CONTRATANTE:	Nome:				
	Área:				
Objeto do Contrato:					
Para efeito da(s) Cláusula(s) xxxx (Execução e Vigência) do Contrato supracitado, informo (amos) a data de início dos serviços.					